

Departamento do Trabalho dos EUA

Conclusões sobre as piores formas de trabalho infantil em 2021

Brasil

Em 2021, o Brasil fez um avanço moderado em seus esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo publicou duas versões atualizadas da “Lista Suja” nacional, contendo informações sobre empregadores que, segundo o Ministério do Trabalho e Previdência foram identificados como usando trabalho escravo, incluindo o de crianças. Também estabeleceu a Comissão Intersectorial de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, com o objetivo de consolidar políticas públicas relevantes para abordar todos os tipos de violência contra crianças e adolescentes. Além disso, o governo atualizou o Pacto Federal pela Erradicação do Trabalho Forçado, com o objetivo de promover, melhorar e maximizar a comunicação entre as entidades envolvidas no combate ao trabalho escravo e estender a participação a todos os 5.000 municípios do país. Por último, o Sistema de Monitoramento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do Ministério da Cidadania, que acompanha as ações dos governos estaduais e municipais em apoio ao Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, registrou 12.756 atividades realizadas em todo o país para combater o trabalho infantil. No entanto, as crianças no Brasil são empregadas nas piores formas de trabalho infantil, inclusive na exploração sexual comercial, às vezes decorrente de tráfico humano. As crianças também são empregadas em trabalho na agricultura, inclusive na produção de café. Embora o Brasil tenha feito esforços significativos em todas as áreas relevantes durante o período do relatório, para proibição do tráfico infantil requer-se que seja comprovado o uso de ameaça, violência, coerção, fraude ou abuso para a tipificação do crime de tráfico infantil, não atendendo, portanto, aos padrões internacionais de trabalho. O número relatado de inspetores do trabalho provavelmente não é suficiente para fornecer uma cobertura adequada da força de trabalho, e os governos locais não possuem meios adequados para implementar e monitorar plenamente o Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e outros programas de proteção social.

| Ações Governamentais Sugeridas para Eliminar o Trabalho Infantil | | |
|--|--|-----------------------|
| Área | Ação recomendada | Ano(s) recomendado(s) |
| Estrutura jurídica | Assegurar-se de que as leis não requeiram o uso de ameaça, violência, coerção, fraude ou abuso para tipificar o crime de tráfico infantil. | 2016 – 2021 |
| | Garantir que a lei proíba criminalmente o recrutamento de crianças menores de 18 anos por grupos armados não estatais. | 2016 – 2021 |
| | Aumentar a idade mínima para o trabalho de modo a que coincida com o término da idade escolar obrigatória. | 2018 – 2021 |
| Aplicação da lei | Publicar informações sobre o financiamento da inspeção do trabalho, o número de inspeções do trabalho realizadas e o | 2012 – 2021 |

Ações Governamentais Sugeridas para Eliminar o Trabalho Infantil

| Área | Ação recomendada | Ano(s) recomendado(s) |
|--------------------------|--|-----------------------|
| | número de multas por trabalho infantil que foram impostas e cobradas. | |
| | Aumentar significativamente o número de inspetores do trabalho para atender à recomendação técnica da OIT. | 2014 – 2021 |
| | Publicar informações relacionadas aos esforços de aplicação da lei criminal, como o número de investigações realizadas, violações encontradas, processos iniciados, condenações obtidas e penalidades impostas por violações relacionadas às piores formas de trabalho infantil. | 2021 |
| | Certificar-se de que os órgãos de fiscalização pertinentes estejam aptos a coordenar esforços para coletar dados de casos que envolvam tráfico humano para exploração sexual, assegurando-se de que os dados sejam desagregados por idade das vítimas. | 2009 – 2021 |
| | Garantir que todos os que violem as leis relativas ao trabalho infantil em suas formas mais graves sejam responsabilizados de acordo com a lei. | 2015 – 2021 |
| Coordenação | Assegurar-se de que a Comissão de Justiça do Trabalho para a Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador e as Coordenações de Combate ao Tráfico cumpram as atribuições específicas das quais foram incumbidas. | 2021 |
| Políticas governamentais | Proporcionar fundos suficiente para garantir que as metas definidas no Plano Nacional de Educação sejam cumpridas. | 2015 – 2021 |
| | Assegurar-se de que sejam realizadas atividades de implementação do Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas e publicar os resultados das atividades implementadas durante o período de referência. | 2021 |
| Programas sociais | Eliminar as barreiras à educação, inclusive garantindo um número adequado de professores capacitados, melhorando a infraestrutura escolar e tomando medidas para matricular crianças nas áreas rurais. | 2013 – 2021 |
| | Garantir que o governo publique os resultados da Pesquisa Nacional sobre o Trabalho Forçado. | 2020 – 2021 |
| | Apoiar os governos municipais na implementação e monitoramento do Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. | 2009 – 2021 |
| | Proporcionar recursos suficientes aos governos estaduais para assegurar-se de que as vítimas de tráfico infantil recebam serviços | 2012 – 2021 |

| Ações Governamentais Sugeridas para Eliminar o Trabalho Infantil | | |
|--|---|-----------------------|
| Área | Ação recomendada | Ano(s) recomendado(s) |
| | <p>sociais adequados e garantir a disponibilidade de abrigos especializados para crianças vítimas de exploração sexual comercial.</p> | |